



---

## Nota de abertura

---

Alexandra Lourenço

Presidente da BAD

presidente@bad.pt

A revista *Cadernos BAD – Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* – apresenta aos leitores o seu primeiro número de 2015. O lançamento do presente número ocorre em plena campanha eleitoral. Os partidos políticos apresentam os seus programas e manifestam as suas intenções para a próxima legislatura. Encontram-se mais disponíveis para o diálogo. A BAD elegeu como tema, para este momento, o acesso à informação

Compete-nos, enquanto Associação Profissional, promover e defender o acesso à informação, como direito constitucional, inalienável, base para uma cidadania ativa.

No atual contexto, não parece suficiente que o direito de acesso à informação esteja reconhecido na Constituição da República Portuguesa, no Código do Procedimento Administrativo ou na Lei de Acesso e Reutilização dos Documentos Administrativos ou seja promovido pelos organismos internacionais representativos do setor, em documentos como a *Universal Declaration on Archives*, 2010, ou os *Principles of Access to Archives*, 2013, ou a Declaração de Lyon, 2014.

O baixo nível de literacia e de espírito de participação constitui um forte obstáculo ao envolvimento dos cidadãos nos assuntos públicos e na utilização da informação pública para o controlo (accountability) e responsabilização da Administração. Com o que se conjuga, por diversas vezes, a falta de clareza no registo dos atos, conduzindo a que o conteúdo desses atos não seja alcançado pelo cidadão. Não por falta de publicação, mas pela linguagem excessivamente técnica adotada pelo administrador, o que, na prática, impossibilita o acesso à informação veiculada e dificulta o escrutínio por parte da opinião pública.

O papel dos profissionais de informação, enquanto mediadores e curadores da informação, é indispensável para a instituição de mecanismos de participação dos cidadãos, para a promoção da cidadania ativa e para a melhoria da comunicação pública.

Para tal, afirmam-se como profissionais qualificados e competentes, conhecedores do contexto de mudança tecnológica e organizacional, que abre portas à integração de novos saberes, garantia de sustentabilidade e futuro.

Todavia, falta reconhecimento sobre a relevância e a imprescindibilidade dos profissionais de informação para alcançar este desiderato, por parte da sociedade, dos políticos, do governo e das administrações; manifestando-se na inexistência de uma visão estratégica integrando as várias componentes da governança da informação, no contínuo desinvestimento nestas áreas e na ausência de disposições legais com os requisitos mínimos obrigatórios para a boa gestão informacional.

As associações profissionais têm a responsabilidade de invocar a Administração para a necessidade de criar condições para um melhor acesso, de prevenir o cidadão para as vantagens do acesso à informação, de promover o desenvolvimento e a disseminação de boas práticas profissionais, de alertar para incumprimentos e infrações (dos profissionais e da Administração).

Assim a BAD a par dos tradicionais eixos de atuação, que integram, entre outros, a qualificação dos profissionais, a difusão de boas práticas, a transmissão de conhecimento, têm-se pautado por uma ativa intervenção político-social, manifesta na:

- Participação nas audições promovidas pelos partidos políticos para a construção dos seus programas eleitorais, informando sobre as necessidades, desafios e mais-valias desta área.
- Organização de um debate com os representantes dos partidos políticos concorrentes às próximas eleições legislativas sobre as políticas para o sector da informação e documentação.
- Comunicação com o grande público, informando sobre o que fazemos e sobre a nossa relevância para a sociedade, através da participação no programa Sociedade Civil, na RTP2, dedicado ao “Dia internacional dos Arquivos”.
- Participação em ações em defesa de uma política alternativa para a cultura manifestando-se no desfile “Cultura em Luta”, juntando-se a outras estruturas associativas e profissionais, nas áreas da criação e produção artística, da conservação e gestão do património histórico e arqueológico, do associativismo cultural.
- Apelo, por email, a todos os Eurodeputados portugueses para votarem SIM ao “Relatório da implementação da Diretiva 2001/29/EC do Parlamento Europeu e da Resolução do Conselho Europeu de 22 de maio de 2001 sobre a harmonização de

alguns aspectos dos direitos de autor e direitos conexos na Sociedade de Informação (2014/2256(INI)”. Este relatório representa um ponto de viragem na discussão sobre direito de autor no contexto europeu e sugere, entre outras coisas, a criação de novas exceções à lei de direito de autor, tais como, permitir às bibliotecas e arquivos uma digitalização eficiente das suas coleções e permitir o empréstimo de ebooks através da Internet.

- Subscrição de tomadas de posição nacionais (como o Manifesto em Defesa da Cultura” e do comunicado “Cultura em Luta”) e internacionais (como a Declaração internacional contra política da Elsevier que dificulta o livre acesso e a partilha de conhecimento).
- Organização de ações de discussão e de advocacia pelos arquivos e biblioteca e de discussão, com destaque para:
  - Mesa redonda: Redefinir fronteiras / afirmar identidade: desafios dos profissionais da informação (Lisboa).
  - Encontro Bibliotecas públicas: que futuro? (Coimbra)
  - Debate “O gestor da informação – que perfil?”, em Jornada “Gestão de Informação: interação entre arquivistas e informáticos” (Torres Novas).
- Participação em ações que possam contribuir para a afirmação e dignificação social da profissão e para o reconhecimento e visibilidade da Associação numa comunidade mais alargada, com destaque para:
  - Comunicação “O Código de Ética dos profissionais de informação e arquivos, parte essencial de uma participação responsável e respeitadora dos direitos dos cidadãos”, em seminário “Os arquivos e a qualidade da democracia. Lugar da cultura: modelos e desafios”, Centro Cultural de Belém (Lisboa).
  - Comunicação “Advocacy pelos serviços de informação: superar situações adversas, construir novos caminhos”, em IX Encontro CTDI: Resiliência organizacional: o poder da informação, Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, Instituto Politécnico do Porto.
  - Comunicação “Relevância de uma associação profissional na defesa do acesso à informação”, Encontro de Arquivos da Administração Pública, (Lisboa).
- Publicitação das iniciativas e celebrações que os profissionais levem a cabo, dando notícia do seu dinamismo e atuação.

Apelamos igualmente à sua participação numa campanha ativa pela promoção do direito à informação.